

VIII CINFORM - 2008

ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E UMA PROPOSTA DE NOVA GERAÇÃO DE INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA

RICARDO SODRÉ ANDRADE *
(ricardo@feudo.org)
RUBENS R. G. DA SILVA **
(rubensri@ufba.br)

RESUMO: Trata sobre aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística, em forma de uma revisão de literatura em desenvolvimento, que compreende artigos de periódicos estrangeiros publicados entre os anos de 1993 a 2008, e que deverá auxiliar na investigação de uma proposta de instrumentos arquivísticos de referência, conhecidos tradicionalmente por ‘instrumentos de pesquisa’, presente na literatura. Essa proposta é chamada nova geração de instrumentos arquivísticos de pesquisa (*next generation finding aids*), cuja denominação consideramos mais adequada como ‘instrumentos arquivísticos de referência’, que compreende a disponibilização de representações arquivísticas na *web*, utilizando-se das possibilidades da *Web 2.0*, um fenômeno que captura o momento em que a *web* altera a experiência que proporciona ao usuário, permitindo um novo grau de interatividade e acesso.

Palavras-chave: descrição arquivística; instrumento de pesquisa; instrumentos arquivísticos de referência; Web 2.0

* Mestrando em Ciência da Informação (ICI/UFBA), Arquivo Público da Bahia (Fundação Pedro Calmon). Web: <http://www.ricardo.arquivista.net>.

** Doutor em Ciência da Informação (UFRJ-ECO/IBICT-DEP), Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA).

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de um esforço de pesquisa no âmbito do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, iniciado no primeiro semestre do ano de 2008. O objetivo da pesquisa é investigar a evolução dos chamados instrumentos de pesquisa, doravante denominados instrumentos arquivísticos de referência.

A evolução desses instrumentos foi abordada por Van Garderen (2003a; 2003b), Yakel (2003) e Yakel, Shaw e Reynolds (2007) e é possível identificá-la, tal como O'Reilly (2005) apresenta, como a incorporação das possibilidades do fenômeno *Web 2.0* aos instrumentos arquivísticos de referência disponibilizados na *web* pelas instituições de custódia, criando uma nova geração desses instrumentos.

Nessa oportunidade, é apresentada a atual versão da revisão de literatura acerca dos “*aspectos históricos e teóricos da descrição arquivística*”, dos “*instrumentos arquivísticos de referência*” e da “*nova geração de instrumentos arquivísticos de referência*”, na intenção de apresentar uma visão acerca dos temas que a pesquisa pretende tratar e da perspectiva na qual ela se posiciona.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo do acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. Segundo a *Society of American Archivists* (2002), seu propósito é o de identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o acesso.

Os mais antigos registros que remetem à descrição arquivística são os repertórios de documentos registrados em tabletes de argila, encontrados na cidade de Nuzi,

atualmente conhecida como Yorgan Tepe, na região da Mesopotâmia, datados de 1500 A.C. (DURANTI, 1993).

Nos primórdios da arquivologia como campo do conhecimento, a descrição arquivística foi citada pelo Manual dos Arquivistas Holandeses, obra clássica publicada no ano de 1898 pela Associação dos Arquivistas Holandeses e considerado por Fonseca (2005) como o marco inicial da arquivologia moderna, apresentando regras para as atividades próprias dos arquivistas e iniciando um entendimento normalizado para a prática da atividade em arquivos. O Manual acentua a necessidade de que a documentação seja descrita uniformemente, sem privilegiar este ou aquele documento e tendo por base um suposto grau de valor histórico que é identificado ou atribuído pelo agente descritor. Citava ainda a necessidade de uma descrição que partia do conjunto documental mais geral até a descrição das unidades específicas do acervo (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973). Tal é a importância da obra, que foi traduzida para diversos idiomas, como o francês (em 1910), alemão (em 1905), inglês, italiano (em 1908), português (em 1960), chinês e outros (BRUEBACH, 2003; FONSECA, 2005).

Desde o manual holandês, a descrição arquivística se tornou tema de discussões e, recentemente, a preocupação com a explicitação dos contextos de produção da documentação passou a ser cada vez mais frequente. A seguir, serão feitos comentários sobre textos que citam aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística desde a década de 1990.

Inicialmente, Duranti (1993) faz uma curiosa afirmação em um artigo, a de que a primeira definição de *Archival Description*, ou "descrição arquivística", foi publicada em 1974, no glossário da *Society of American Archivists*. A pesquisadora ainda afirma que a literatura internacional, mesmo desde o século XVII, não apresenta um conceito para a descrição arquivística que exponha a problemática da prática e, também, que o próprio termo não havia sido definido até a década de 1970.

Menne-Haritz (2001) pondera que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por intensas discussões tendo por objeto a avaliação¹ e que, após isso, a descrição arquivística passou a receber cada vez mais atenção dos pesquisadores, o que talvez se

¹ Processo que valora os documentos em idade intermediária para que sejam definidos quais conjuntos documentais serão descartados ou, por apresentarem valor histórico, serão recolhidos ao arquivo permanente.

evidencie pela publicação das normas de descrição arquivística, internacional e brasileira, terem sido publicadas exatamente na década de 2000.

Discorrendo sobre a normalização do processo de descrição arquivística, Menne-Haritz (2001) afirma que normas para a descrição arquivística apresentam pretensas formas corretas de prática, mas não elucidam as situações em que elas funcionam melhor. Essa situação, segundo a pesquisadora, cria um risco, que é o de que os arquivistas façam algo *errado* trilhando um caminho *certo*, algo como criar, de uma forma eficiente, representações arquivísticas ineficazes que seriam instrumentos arquivísticos de referência com algum grau de *inutilidade*, utilizando, porém, um conjunto de regras claras, que seriam as normas. Apesar desse aspecto de essência negativa, Menne-Haritz reconhece que as normas são os melhores instrumentos de auxílio quando há intenção de disponibilizar as informações arquivísticas para o acesso.

Haworth (2001) discorre sobre a necessidade de produção de descrições adequadas, relacionados à história administrativa ou biográfica e com uma boa definição do escopo e conteúdo da documentação, o que não é trivial, podendo apresentar complexidades diversas, como as ligadas ao relacionamento entre o produtor e a documentação produzida.

O autor afirma que a descrição documental é o coração do trabalho arquivístico. Sendo assim, torna explícita a diferença entre o trabalho de representação da informação de um profissional bibliotecário e o de um profissional arquivista, ambos tradicionalmente conhecidos como profissionais da informação, e cujo ensino e prática possuem uma proximidade histórica. O resultado da descrição arquivística precisa conter elementos acerca do contexto de criação, e outros retirados do próprio conjunto documental descrito. Dessa forma, os arquivistas devem sempre descrever o conteúdo, a estrutura e o contexto dos documentos, resguardando a imparcialidade e autenticidade da *evidência*, característica própria do documento arquivístico.

Para Haworth (2001), os arquivistas almejam representar o conteúdo, estrutura e contexto de conjuntos e unidades de documentos, diferentemente dos bibliotecários, que selecionam e criam representações de produtos informacionais. A partir da definição de Haworth, esclarece-se que documentos arquivísticos são produtos de uma ação ou de um aparelho burocrático, considerados meios de prova e evidência de um fenômeno administrativo, jurídico ou algum outro ligado às atividades de seu produtor. O chamado produto informacional, geralmente objeto da ação de representação de informação típica da prática bibliotecária, é o resultado da ação proveniente de uma

intenção em instruir e informar. Essa distinção das práticas faz com que as atividades de representação dos dois campos de estudo da informação sejam distintas.

Bruebach (2003) pôs em evidência que a primeira ocorrência do termo *Archivwissenschaft*, que designa "arquivologia" na língua alemã, foi em um pequeno livro sobre descrição arquivística, publicado em 1806. A publicação da primeira normativa de descrição arquivística na Alemanha se deu em 1954. Apesar das épocas das publicações, para Bruebach, a Arquivologia continuou a ser questionada sobre ser uma ciência, uma disciplina científica auxiliar da História ou apenas um conjunto de conhecimentos de natureza técnica, até a primeira metade do século XX. Há que se levar em conta que o autor se ocupou das tradições, desenvolvimento e perspectivas da Arquivologia na Alemanha, cujo contorno epistemológico provavelmente reagiu de forma distinta em outras partes do mundo.

Yakel (2003) se pôs a discorrer sobre o tema que denominou representação arquivística, dedicando um artigo a isso. A autora considera que a representação se refere tanto ao processo de arranjo documental (respeitando ou não a ordem original), quanto à descrição arquivística e à criação de instrumentos de referência, como os guias, catálogos, inventários, repertórios etc. Também incluiu na definição de representação arquivística a criação de sistemas, incluindo as bases de dados e de conteúdos arquivísticos estruturadas, como os documentos de Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD).

Argumentando em defesa do uso do termo representação arquivística como completo para indicar as atuais tarefas dos arquivistas no arquivo permanente, Yakel (2003) argüi que a expressão captura, precisamente, as atividades de (re)ordenamento, interpretação e catalogação, criando as substituições e arquiteturas para aquilo que chamou de sistemas de representação.

Ainda no início de seu artigo, a autora afirma que arquivistas precisam pensar menos em termos de um simples, definitivo e estático processo de arranjo e descrição, substituindo isso pela adoção do contínuo, relativo e fluido processo de arranjo e descrição para a representação. A pesquisadora enfatiza que, de fato, a descrição de documentos eletrônicos começa ainda na sua criação e continua durante a sua tramitação, indicando a continuidade do processo, que se faz presente em cada adição de metadados ao documento, como aqueles relacionados às versões, acessos e alterações na redação.

Para Yakel, os novos instrumentos arquivísticos de referência são evidências do que ela indica como fato: os arquivistas estão substituindo os sistemas de representação analógicos pelos sistemas baseados em computador, como os registros MARC² e as codificações EAD-DTD³, enfatizando que os artefatos de representação arquivística são mais do que ferramentas de acesso: em constante evolução, contribuem para o conhecimento da instituição arquivística ao mesmo tempo em que alteram esse conhecimento.

O texto de Yakel declara a intenção de que seu artigo seja um acréscimo ao esforço de teorizar acerca da chamada representação arquivística, dos sistemas de representação e dos artefatos que resultam delas.

Bellotto também fez considerações acerca da representação arquivística, considerando esta o "estabelecimento de um elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e sua solução" (BELLOTTO, 2004, p. 173), considerando a descrição documental uma atividade exclusiva da terceira idade⁴ de um arquivo e que o trabalho de descrição e arranjo é ininterrupto, pois o recolhimento de novas parcelas documentais não cessa enquanto o fundo não se fechar⁵.

Hostetter (2004) explorou os usos, funcionalidades e problemas que envolvem os instrumentos arquivísticos de referência *online* e sua criação; o universo de análise foram os Arquivos e os arquivistas de universidades estadunidenses. O estudo envolveu 16 (dezesseis) arquivistas, sendo que 15 (quinze) desses eram funcionários de universidades públicas e 1 (um) de universidade privada. Seu objetivo foi o de examinar vários aspectos dos instrumentos arquivísticos de referência disponibilizados em meio digital por essas instituições, de modo que o resultado de sua investigação pudesse auxiliar os profissionais arquivistas na identificação de problemas potenciais durante a criação dos instrumentos de referência, considerando estes como uma importante ferramenta de presença e de apoio à pesquisa na internet.

A investigação indicou que as principais razões que condicionavam as instituições arquivísticas a não disporem de instrumentos de referência na internet foram a falta de tempo, dinheiro e recursos humanos. Uma vez superada a escassez desses

² MARC é a sigla para Machine Readable Cataloging.

³ Sigla para *Encoded Archival Description – Document Type Definition*, ou Definição de Tipo de Documento XML destinada a criar uma Descrição Arquivística Codificada em meio eletrônico.

⁴ A terceira idade do ciclo vital de um documento, quando este consegue apresentar valor histórico e é considerado para a guarda permanente.

⁵ Fundo se refere ao acervo de um determinado produtor. O fundo é considerado fechado quando o produtor não irá mais produzir documentos por extinção da pessoa jurídica ou morte da pessoa física.

recursos, as iniciativas que haviam iniciado há mais tempo dispunham, quantitativamente, de mais instrumentos na *web*.

3 INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos arquivísticos de referência são os produtos do processo de descrição arquivística, sendo assim, o que foi dito até o momento sobre a descrição foi importante para que fosse possível, para esse momento do trabalho, a definição do que existe e do que há de vir acerca das formas de acesso em unidades de informação arquivística. Entendemos que o tradicional uso da expressão ‘instrumento de pesquisa’, para referir-se a estes produtos, não é o mais adequado para o trabalho arquivístico, pois não se trata exatamente de um produto de pesquisa, mas de um produto com referências necessárias ao trabalho de pesquisa. Por este motivo optamos por adotar a versão ‘instrumentos arquivísticos de referência’ para a expressão *finding aids*, originalmente utilizada por alguns autores que vimos adotando em nossa pesquisa.

O trabalho de Bellotto (2004) apresenta as formas tradicionais dos instrumentos arquivísticos de referências: a) o “guia”, de acesso fácil para o grande público por ter linguagem abrangente e popular. Os guias são apresentados como o primeiro instrumento que deve ser consultado pelo pesquisador; b) o “inventário”, aquele que descreve conjuntos documentais ou parcelas do fundo, com descrições sumárias, permitindo um prévio conhecimento do conteúdo do documento, antes de se ter acesso a uma descrição mais detalhada; c) o “catálogo” é aquele instrumento que possui descrições de cada peça documental em uma ou mais séries, ou de uma parcela da documentação que tenha sido escolhida, respeitando ou não a ordem de classificação; d) “catálogo seletivo”, que traz uma "relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada unidade de documental integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente" (MIGUÉIS *apud* BELLOTO, 2004, p. 212), ou seja, documentos são escolhidos dentre um ou mais conjuntos documentais para serem descritos; e) “índices”, que apontam nomes, lugares ou assuntos, estes organizados alfabeticamente e indicando notações de localização dos documentos correspondentes; e f) “edição de fontes”, uma reprodução de documentos, possivelmente acompanhada de estudos de introdução e fontes paralelas.

Os procedimentos de construção dos instrumentos arquivísticos de referência mudaram com o passar do tempo, resultado da evolução que as disciplinas da Arquivologia, de modo geral, perceberam. As representações descritivas que indicavam o escopo e conteúdo dos conjuntos documentais eram quase inexistentes, resumindo-se, quando eram citados, aos dados biográficos e/ou históricos e, na maioria das vezes, configurando-se em extensos inventários que apenas indicavam as pastas, talvez os itens, e indicando suas localizações físicas no acervo (YAKEL, 2003).

Com o aumento da complexidade teórica da arquivologia e com o aporte que o surgimento da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD[G], na sigla original em inglês), os dados contextuais se tornaram cada vez mais importantes e necessários na criação da representação arquivística. Esse aspecto se destaca quando consideramos a afirmação de Marcondes (2001) acerca da importância contextual para a interpretação e compreensão de mensagens.

Por certo, a inclusão do escopo e conteúdo nos instrumentos de referência, segundo Yakel (2003), demonstram duas tendências. A primeira é o aumento das descrições mais gerais, dos níveis mais abrangentes do arranjo, como o fundo, os grupos⁶ e as séries⁷. A segunda tendência é a diminuição da granularidade, ou seja, das descrições dos itens documentais. Assim, os instrumentos deixam de ser extremamente específicos, demandando mais recursos para a finalização do processo, para serem cada vez mais gerais e com maior disponibilidade de conteúdos descritivos das partes que compõem o todo.

Yakel desconhece os motivos que levam à tendência do aumento da representação contextual e diminuição da granularidade, a descrição item por item. É possível que a crescente quantidade de documentos com que os arquivos passaram a lidar tenha sido importante para a reconsideração das políticas de descrição, criando resultado semelhante com o que Schelleberg (1980, p. 207, *apud* BELLOTTO, 2004) atribuiu para a falta de um programa descritivo adequado: "arrisca-se o arquivista a dissipar as suas energias em projetos improdutivos".

Há que se recordar que os instrumentos de referência de conteúdo geral deveria ser um produto mais comum do processo de descrição arquivística, visto que autores como Schelleberg (op. cit.) há muito já apontavam a descrição que partia do geral e caminhava para a específica como regra a ser observada. Bellotto (2004) não deixou de

⁶ Se refere à estrutura administrativa do produtor, como o "Departamento Comercial".

⁷ Se refere aos tipos documentais produzidos por uma série, como "Proposta Comercial".

esclarecer que a descrição dos itens documentais não consegue revelar ao consulente o significado real do material analisado, sendo necessário conhecer a estrutura do órgão produtor do acervo, objetivo que é alcançado com a explicitação do contexto de produção, do arranjo e da ordenação da documentação.

4 NOVA GERAÇÃO DE INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA

Van Garderen (2006a; 2006b) entende por nova geração de instrumentos arquivísticos de referência a criação de novos tipos de instrumentos diferentes dos conhecidos tradicionalmente, desvincilhados dos formatos tradicionais e do suporte físico, além de compartilharem das características normalmente encontradas nos aplicativos identificados como parte da *Web 2.0*.

A nova geração de instrumentos arquivísticos de referência é baseada na apropriação de recursos e características que o fenômeno *Web 2.0* apresenta, criando instrumentos arquivísticos de referência *online* que aproveitam o potencial que a *web* tem apresentado. Tais características não são unicamente tecnológicas, antes, se referem às possibilidades de interação que agora estão sendo disponibilizadas. Davis (2005) considera que a *Web 2.0* é mais uma *atitude* do que uma *tecnologia*.

Os tradicionais instrumentos arquivísticos de referência se materializavam em suportes como o papel, que condicionavam seus formatos e estruturas, porém, com a possibilidade de serem desenvolvidos em um ambiente em rede, seus limites foram expandidos.

Não há razão para que os formatos conhecidos até então sejam apenas reproduzidos em tal ambiente, que carrega em si uma carga de *possibilidades*, cujo ponto central é a *participação* dos usuários. Esse ponto central é próprio da *Web 2.0* e é citado por O'Reilly (2005) na sua definição em um artigo destinado ao entendimento dessa evolução da Web:

Web 2.0 é a rede como plataforma, abrangendo todos os dispositivos conectados; aplicações Web 2.0 são aquelas que oferecem a maioria das vantagens intrínsecas à plataforma: disponibilização de software como serviço de contínua atualização, que se aperfeiçoa quanto maior é o uso que se faz dele; consumo e interfaces de dados de múltiplas fontes, incluindo usuários individuais, que oferecem seus próprios dados e serviços de maneira a permitir reintegração por outros;

criando efeitos de rede por meio de sua “arquitetura de participação”; indo além da interface da web “1.0” ao oferecer ao usuário experiências mais ricas.⁸ (O'REILLY, 2005, p.1) (tradução nossa).

A plataforma a que O'Reilly (2005) se refere na citação anterior é aquela que operacionaliza o uso de aplicações. Várias gerações e tipos de plataformas foram desenvolvidos até então, e a internet se apresentou como mais uma plataforma em rede, porém baseada principalmente em protocolos e padrões abertos e com alcance mundial. Esse alcance criou um ambiente de interesse e convivência, que pôde ser utilizado como terreno de execução de ações econômicas, sociais e políticas, por pessoas físicas e jurídicas.

Para melhor entender a *Web 2.0*, Miller (2005) apresenta o que denomina os princípios dessa evolução da *web*, definidos a partir de uma análise da literatura considerada relevante para ele. Esses aspectos são: *liberdade dos dados*, sob a qual os dados e conteúdos podem ser livremente expostos, descobertos e manipulados; possibilidade de criar o que chama de *aplicações virtuais*, que mesclam dados e funcionalidades de dois ou mais aplicativos diferentes, criando uma terceira aplicação (os *mashups*); *participação*, pois antes o usuário apenas recuperava informação, agora ele pode participar, inserindo ou alterando a condição inicial; *trabalha para o usuário*, pois permite que o usuário determine como e o que deseja recuperar utilizando o aplicativo (seria como a diferença entre recuperar todas as rotas aéreas, entre duas cidades, operada por uma companhia aérea e obter as rotas nos horários, escalas, conexões e diversas companhias aéreas, tudo dentro das preferências do usuário); *modular*, os desenvolvedores e usuários podem compartilhar componentes e códigos na construção de aplicativos que atendam a suas necessidades; *compartilhamento* de idéias e conteúdos entre potenciais interessados; permite e facilita a *comunicação* entre os usuários; permite *redefinir* conteúdos, tornando-os nossos e dos autores anteriores; possui *inteligência artificial* suficiente para auxiliar na resolução dos problemas e demandas dos usuários; é baseada e desenvolve-se em condições de *confiança*, relativa aos usuários, dados, uso e reuso dos recursos.

⁸ Texto original: “Web 2.0 is the network as platform, spanning all connected devices; Web 2.0 applications are those that make the most of the intrinsic advantages of that platform: delivering software as a continually-updated service that gets better the more people use it, consuming and remixing data from multiple sources, including individual users, while providing their own data and services in a form that allows remixing by others, creating network effects through an "architecture of participation," and going beyond the page metaphor of Web 1.0 to deliver rich user experiences.”

A evolução da *web* é *aberta* na medida em que seus aplicativos disponibilizam, se não o código-fonte, as suas Interfaces de Programação do Aplicativo (API), permitindo que terceiros possam expandir, alterar ou limitar o funcionamento do aplicativo; são socialmente abertos, garantindo-se o direito de utilização do aplicativo e sua base de dados em diferentes formas e objetivos, com a possibilidade de serem desenvolvidas com tecnologia que permita um nível de interoperabilidade até então inexistentes.

Catarino e Baptista (2007) verificaram que alguns autores consideram a *Web 2.0* como uma evolução e não uma revolução, considerando que a *web* sempre possuiu espaços para criação de comunidades virtuais, como os serviços de *Newsgroups*, que funcionavam antes mesmo da criação da *web*. Assim, torna-se possível pensar que não tenha sido a *web* que tenha mudado, mas sim as necessidades e desejos dos seus usuários, que proporcionaram a transformação da *web*, como uma consequência das suas atuais demandas (BENAKOUCHE, 1999).

Davis (2005) e Catarino e Baptista (2007) comentam ainda outras características específicas da *Web 2.0* que também auxiliam no entendimento desta.

Devido à variedade de possibilidades de uso da internet, é evidente que as instituições arquivísticas também se apropriem dela como ferramenta de divulgação institucional e de seus acervos.

No final do ano 2000, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) publicou as *Diretrizes Gerais Para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas*, com o objetivo de “fornecer um referencial básico às instituições arquivísticas interessadas em criar ou redefinir seus *websites*” (2000, p. 2), as diretrizes elaboradas no documento não possuíam a *Web 2.0* sob perspectiva, fato justificável considerando a data da publicação.

O'Reilly (2005) aponta os *software* da *Web 2.0* como uma nova geração de *software*, então, considera-se adequado qualificar os instrumentos arquivísticos de referência que são desenvolvidos na mesma perspectiva da *Web 2.0* como sendo uma Nova Geração de *Instrumentos Arquivísticos de Referência*, versão para o português utilizada neste trabalho para designar e substituir a expressão ‘instrumentos de pesquisa’, já que desenvolvidos com a *Web 2.0* sob perspectiva.

Essa definição se relaciona com o que Van Garderen (2006a; 2006b) entende por Nova Geração de Instrumentos Arquivísticos de Referência, pois este apontou a possibilidade de criação de novos tipos de instrumentos arquivísticos, diferentes dos

conhecidos tradicionalmente, desvincilhados dos formatos tradicionais e do suporte físico, além de compartilharem das características normalmente encontradas nos aplicativos identificados como sendo parte da *Web 2.0*.

Para Van Garderen essas características são a criação dos instrumentos de acordo com regras que definem a boa usabilidade (*usability*) da interface, a adoção de padrões abertos (*openness*) e a possibilidade de criação de uma comunidade (*community*) em seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disponibilização das representações de acervos arquivísticos na *web* é um processo que há muito foi iniciado. Agora, esse processo se confronta com novas possibilidades, baseadas em um fenômeno da internet que traz uma maior participação do usuário, inclusive permitindo que este contribua na construção do conhecimento, intervindo nas representações criadas, criticando-as e, possivelmente, alterando-as diretamente, tal como acontece na enciclopédia *online* Wikipédia (<http://www.pt.wikipedia.org>), por exemplo.

Os consulentes dos acervos históricos muitas vezes acabam por conhecê-lo com tal profundidade que permitiria que estes pudessem avaliar as descrições realizadas e, até mesmo, contribuir com elas. Esse é um novo cenário, onde a criação das representações se torna uma tarefa compartilhada, cujo resultado deixa de ser os ‘instrumentos de pesquisa’ conhecidos tradicionalmente, finalizados e esgotados em si, tornando-se instrumentos inovadores, em constante construção e revisão, ou seja, instrumentos arquivísticos de referência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual dos Arquivistas Holandeses. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BENAKOUCHE, Tâmara. Tecnologia é sociedade: Contra a noção de impacto tecnológico. In: **Cadernos de Pesquisa da PPGSP/UFSC**, n. 17, 1999.

BRUEBACH, Nils. Archival Science in Germany. In: **Archival Science**, vol. 3, n. 4, p. 379-399, 2003.

CATARINO, Maria Elisabete; BAPTISTA, Ana Alice. Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na Web. In: **DatagramaZero**, v. 8, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/jun07/Art_04.htm>. Acesso em: 19 abr. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas**. Rio de Janeiro: Conarq, 2000. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/conarqwebsites.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

DAVIS, Ian. Talis, **Web 2.0 and All That**. Disponível em: <<http://iandavis.com/blog/2005/07/talis-web-20-and-all-that>>. Acesso em: 19 abr. 2008.

DURANTI, Luciana. Origin and Development of the Concept of Archival Description. In: **Archivaria**, 35, 1993. pgs. 47-54. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837>>. Acesso em: 05 abril 2008.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HAWORTH, Kent M. Archival description: content and context: in search of structure. In: PITTI, Daniel V.; DUFF, Wendy M. (Orgs.). **Encoded Archival Description on the Internet**. New York: The Haworth Information Press, 2001.

HOSTETTER, Christina J. Online Finding Aids: Are they practical?. In: **Journal of Archival Organization**, vol. 2, n. 1, 2004.

MARCONDES, Carlos Henrique. Representação e economia da informação. In: **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 61-70, jan./abr., 2001.

MILLER, Paul. Web 2.0: Building the New Library. In: **Ariadne**, n. 45, 2005. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue45/miller/>>. Acesso em: 19 abr. 2008.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access - the reformulation of an archival paradigm. **Archival Science**, vol. 1, n. 1, 2001. pgs. 57-82.

O'REILLY, Tim. **What is Web 2.0**: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software. Disponível em:

<<http://www.oreilly.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>>. Acesso em: 19. abr. 2008.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Statement of principles for the CUSTARD project**. Disponível em: <<http://www.archivists.org/news/custardproject.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2008.

VAN GARDEREN, Peter. **Web 2.0 and archival institutions**. 2006a. Disponível em: <<http://archivemati.ca/2006/05/08/web-20-and-archival-institutions/>>. Acesso em: 20 mar 2008.

_____. **Web 2.0 and archives access system**. 2006b. Disponível em: <<http://archivemati.ca/wp-content/shockwave-flash/SAA2006.html>>. Acesso em: 20 mar 2008.

YAKEL, Elizabeth. Archival Representation. In: **Archival Science**, vol. 3, n. 1, p. 1-25, 2003.